

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 8 dias do mês de novembro de 2021, às 18 horas e 15 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André, do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli, Adelson dos Santos e Ronaldo Nakada, integrantes do Comitê de Investimentos do Instituto para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprevr> -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Apresentação, análise e deliberação sobre o desinvestimento no Fundo Infra Setorial Saneamento, investido no ano de 2014 e desenhado da Resolução CMN 3922/2010, em atendimento ao Ofício Circular Conjunto nº 04/2020/CVM/SIN/SPREV, com proposta de alienação (venda) das cotas do fundo, de acordo com os materiais enviados previamente e com garantia de ganho real sobre o investimento inicial, em conformidade com o estudo econômico/financeiro realizado pelo Comitê de Investimentos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Diz que essa reunião foi chamada com uma certa urgência e agradece a participação de todos os conselheiros. Diz que o assunto exige uma discussão e deliberação rápida para a participação do Instituto na AGC dessa semana.

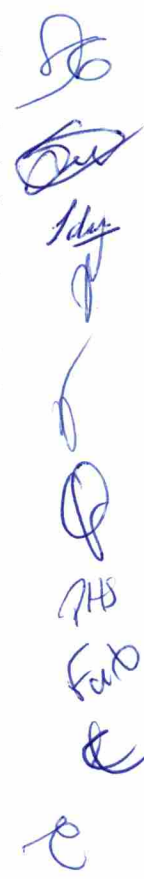
Item 01. Apresentação, análise e deliberação sobre o desinvestimento no Fundo Infra Setorial Saneamento, investido no ano de 2014 e desenhado da Resolução CMN 3922/2010, em atendimento ao Ofício Circular Conjunto nº 04/2020/CVM/SIN/SPREV, com proposta de alienação (venda) das cotas do fundo, de acordo com os materiais enviados previamente e com garantia de ganho real sobre o investimento inicial, em conformidade com o estudo econômico/financeiro realizado pelo Comitê de Investimentos – Sandra informa que todo o material sobre esse assunto foi enviado previamente pelo grupo de WhatsApp para todos os conselheiros para que pudessem ser feita análise da documentação e que pudessem também tirar dúvidas, mandar perguntas para o comitê de investimentos ou, até mesmo, para o nosso diretor presidente, o André. Informa também que o nosso diretor financeiro, Douglas, fez 2 vídeos explicativos na sexta-feira para tentar auxiliar os conselheiros na tomada de decisão e para elucidar



as dúvidas e em que situação está esse fundo e em que situação nós estamos, enquanto o instituto Pauliprev, nesse momento diante da situação. Passa a palavra ao Douglas para a apresentação. Douglas dá boa noite a todos e diz que hoje é uma honra estar aqui porque é um problema bom para resolverem, diz que geralmente são questões bastante difíceis que tentam ter um raciocínio econômico e, de certa forma, serão cobrados por terem uma ação ou não de recuperação. Diz ser uma coisa boa, podem ter rentabilidade real, o mínimo está garantido. Diz que somos cotistas desse fundo desde 2014, dentro dele tem a CONASA e somos donos de 90% dela. Diz que surgiu um fundo big mundial disposto a investir até 100 mi de dólares no fundo, seria a Generate, famosa por trabalhar com saneamento, energia verde, investem em energia eólica em diversos países. Diz que o prazo do fundo termina ano que vem, então precisam ter uma decisão junto ao gestor para tentar gerar a liquidez ou, ano que vem, tentar vender para investidor, fazer IPO ou ter alguma saída para os cotistas. Diz que pela nota técnica, a carta conjunta de agosto de 2020, não conseguem justificar uma extensão de prazo de um fundo em liquidação estando gestor e administrador fora da lista exaustiva 4695. Diz que a primeira atitude do comitê foi consultar as empresas da Resolução 3922, todas com Aviso de Recebimento para poderem comprovar. Diz que elas não querem esse tipo de fundo estressado, desenquadrado que é risco a imagem e o eventual ganho que possam ter com a margem pode arranhar a imagem das empresas administrando fundos estressados. Por isso que o fundo continua desenquadrado, o ideal seria enquadrá-lo e poderiam renovar o fundo porque a empresa é sólida, como os conselheiros poderão ver na apresentação, vários ativos conseguiram fazer a visita técnica presencial. Douglas diz que a Generate vai entrar com até 100 mi de dólares em duas parcelas, destinadas a compra de cotas secundárias, que já estão em posse dos cotistas. Diz que podem vender até 14,43% de cota ou, se por ventura algum cotistas não queira vender, a empresa pode comprar um pouco a mais até os 101 milhões. Dentro da decisão do conselho, pode haver a abstenção e o comitê responde a empresa qual dessas 3 opções. Só precisam definir se têm o interesse de vender ou não. Há a rentabilidade real e por isso é um problema bom. Diz que a CONASA hoje investe em saneamento, iluminação pública, rodovias tendo sob gestão pedágios, é uma empresa em franca expansão. É uma empresa que foi comprada pelo fundo, em 2012, tinha como forte a questão do saneamento. Apresenta os ativos de saneamento, iluminação e rodovias compostos ativos sólidos e contratos longos. Douglas apresenta a projeção de ganhos que a empresa tende a ter, em 2020 gerou R\$ 71 mi e em 2023 está estimado próximo a R\$ 500 mi. Diz que a empresa levanta debentures pelo Santander por grandes agências de ratings, de escalas de créditos, financiamentos do BNDES. Mostra alguns pontos da Águas de Itapema, primeira concessão de saneamento, realizada em 2004; Caragualuz e Via Brasil MT 100. Diz que a CONASA fez incorporações esse ano, combinou negócios com a Zetta, na estratégia de ceder ações da companhia CONASA e em troca passam a ter controle de todos os ativos; Douglas apresenta os percentuais e o total de ativos com essa operação. Douglas apresenta informações sobre a operação com a Generate, empresa da Califórnia que possui cerca de US\$ 16 bi em capital social com prazo de investimento indeterminado. Diz que o foco deles é energia sustentável, mobilidade, água e esgoto sustentáveis. Apresenta o quadro acionário da Generate, os principais sócios e executivos. Faz um resumo da proposta, diz que o compromisso é USD\$ 100 mi, equivalentes a cerca de R\$ 545 mi a depender da cotação, em duas etapas. A primeira em USD\$ 50 mi e, após o fechamento, conforme algumas condições forem satisfeitas, o aporte de mais USD\$ 50 mi. Investimento será feito, prioritariamente pelo FIP. A Generate quer comprar 14% do fundo diretamente dos cotistas, disposta a pagar R\$ 1.867,66 por cota, um ganho de 16%, chegando a 86% do valor que o Instituto investiu. O pagamento será a vista. Douglas diz que como há alguns ativos da CONASA que ainda não foram precificados, estão pré-operacionais, o gestor acredita que tem tudo para acontecer até 2022. Diz que está contratado, é só questão de ser valor justo, se,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FIP' and 'C']

por ventura esses ativos entrarem como se espera, a Generate injeta mais USD\$ 100 mi direto na caixa da CONASA, o que aumenta o valor da cota aos cotistas. Caso isso não ocorra, ela reduzirá os USD\$ 100 mi através de cotas do fundo, uma segurança que a empresa pediu para colocar. Hoje, Douglas diz que os cotistas têm 100% do fundo, atualmente a Generate não tem nada pois não entrou no fundo ainda. Os cotistas são donos de 90% da CONASA, avaliada em R\$ 810 mi, ou seja, R\$ 729 mi correspondem ao fundo. A Zetta tem 10%, R\$ 81 mi. No fechamento da proposta, caso aprovado, na primeira entrada de USD\$ 50 mi, diminui a participação dos cotistas e vai uma parte do capital diretamente à CONASA, já elevando o valor dela para R\$ 941 mi. No segundo fechamento, que ocorrerá até dezembro de 2022, o máximo que ela terá do fundo será 40%, pois depende das condições, o valor da CONASA chegaria a R\$ 1,2 bi e o valor do fundo está projetado para R\$ 1 bi. Mostra os cenários com os ajustes positivos. Douglas apresenta as Condições Precedentes no acordo de investimento com a Generate, como a aprovação das condições da operação por 75% dos cotistas, 50% dos cotistas topem vender as cotas, participação da Generate no Comitê de Investimento do fundo, redução da taxa de administração e gestão, alteração da cláusula arbitral para refletir o acordo de investimento, consentimento de terceiros, nenhum efeito adverso relevante. Douglas apresenta as vantagens da operação: Parceiro estratégico e financeiro, capitalizado, âncora internacional para futuro processo de IPO e/ou saída Estratégica, valorização imediata de 16% da Cota do Fundo, Liquidez imediata aos atuais cotistas no valor da Cota valorizada, reforça a Governança Corporativa, Implementação de pagamentos de dividendos mínimos. E as desvantagens: Divisão de controle da CONASA – Imediato, Divisão de controle do Comitê de Investimentos do Fundo, Diluição das participações atuais. Douglas diz que o Instituto investiu em 16/04/2014 R\$ 7 mi e em 28/05/2014 R\$ 5 mi, total de R\$ 12 mi. Cada cota ao preço de R\$ 1.000,00, 12 mil cotas. A oferta da Generate é de até R\$ 101,5 mi seja em compra de cotas, valor atual da cota R\$ 1.607,88. Caso os cotistas aprovem, o Instituto receberia R\$ 3.233.347,42 por, aproximadamente, 1.731,60 cotas e ainda restariam 10.268,4 cotas ao Pauliprev. Valor a vista. Com o cumprimento das condições, haverá a valoração da cota que pode chegar a R\$ 2.211,36 com os ajustes positivos. Em caso de ajuste negativo, o valor mínimo da cota será R\$ 1.628,30. Dentre os cenários possíveis, caso não vendamos as cotas, no cenário máximo, com a cota a R\$ 2.211,36, a posição do Instituto vai para R\$ 26.536.320,00, no cenário médio, com a cota a R\$ 1.867,26, a posição do Instituto vai para R\$ 22.407.120,00, no cenário mínimo, com a cota a R\$ 1.628,30, a posição do Instituto vai para R\$ 19.539.600,00. Considerando a venda das 1731,60 cotas e o saldo restante de 10.268,4 que permanecerão até o vencimento do fundo, a posição do Instituto pode ir a R\$ 25.940.476,44 no cenário máximo, R\$ 22.407.120,00 no cenário médio e a R\$ 19.953.383,14 no cenário mínimo. Explica as perdas e ganhos de acordo com a análise da comissão. Diz que o valor que entrará ao Instituto, ele será aplicado e, considerando a taxa de referência de 12% ao ano, a partir de 1,5 ano já conseguiremos cobrir a possibilidade de perda. Douglas traz a opinião do Comitê de Investimentos, consideraram que é um fundo desengarrado pela Resolução 3922/2010, nem a empresa administradora e nem o gestor estão listados na resolução de instituições que podem trabalhar com RPPS. Reforça que as empresas grandes, não têm interesse em trabalhar com ativos estressados. Consideraram o valor investido em 2014, e a possibilidade de recuperação do investido com a rentabilidade real. Diz ter um ofício circular de 04/2020 que afirma categoricamente envidar todos os esforços visando a liquidação de fundos desengarrados que pesou bastante na decisão do comitê. O receio é ter a possibilidade de sair do fundo com rentabilidade real e serem cobrados depois. Lembra que continuaremos cotistas do fundo, está sendo discutido só um pedaço das cotas. Diz que, em alguns casos, se embasam bastante no Tribunal de Contas para saberem onde iremos pisar; há vídeos que podem compartilhar, os auditores defendem a venda se o ativo tem muita dificuldade, se há justificativa.



Douglas diz que, além de não estarmos tendo perda, estamos tendo ganho real, acima da inflação o valor investido. Acreditam ser uma empresa boa e, seguindo o ofício circular, é prudente a liquidação dada a rentabilidade real, assim, o comitê sugere a venda do maior número possível de cotas. Adelson acrescenta que nenhuma empresa investe, em uma situação de crise como a que estamos vivendo, sem esperar, no mínimo, estar recebendo o dobro. Deixa claro que, com certeza, o comitê acredita que essa empresa vai, talvez, dobrar de valor em pouco tempo. Diz que esteve presente conhecendo a empresa em 2019, só que, por outro lado, diz que o que temos são concessões públicas, ou seja, não temos estrutura física, a empresa ela existe através de concessão. Exemplifica o risco político sobre as concessões. Diz que a sua ideia é colocar esse dinheiro em empresas mais sólidas, mais conhecidas, como um banco de primeira linha ou alguma coisa assim. Sandra diz que, para que não fique confusa a deliberação, na apresentação do Douglas, de todos os fundos estressados e ilíquidos que temos, acha que, se não for a primeira vez, é uma das poucas vezes que uma apresentação da Diretoria Financeira elogia a empresa da qual queremos deixar de fazer parte. Diz que acaba ficando um pouco contraditório para quem está de fora. Pra deixar claro, diz que o único motivo que induz o comitê de investimentos orientar para a venda das cotas é porque esse fundo está desenquadrado e, logo, com isso, O Instituto é sempre notificado, inclusive há um ofício dizendo que é preciso resolver o problema de desenquadramento desse fundo. Pergunta ao Adelson se está correta. Adelson confirma que sim. Sandra diz que precisam enquadrar esse fundo, melhora a nossa condição perante aos órgãos fiscalizadores e, portanto, veio essa proposta hoje. Sandra diz que, não fosse isso, ainda que ela só vote em caso de empate, diria que não venderia porque é uma empresa que está em plena ascensão. Porém, entende que, pelo estudo que trouxeram, os valores arrecadados com a venda das cotas serão aplicados e, logo, o montante virá muito maior do que se permanecerem com os valores médios de arrecadação do fundo. Passa a palavra à Nara, sobre o risco político, gostaria que fosse falado mais sobre esse ponto. Diz que no texto o comitê usou como exemplificação a NTF e depois só falam em títulos públicos e pergunta como serão investidos esses valores. Sandra passa a palavra ao Fábio, diz que uma das perguntas seria sobre onde os valores seriam investidos e quantos cotistas existem no fundo que são RPPS. A palavra é passada ao Idu, diz que a Sandra fez uma visão legal do que é o fundo estressado. Diz que quando investiram nesse fundo, foram visitar em Salto e em Itapema e, na época, era um bom investimento porque havia uma concessão de 30 anos, muito bem colocado pelo Adelson, e o trabalho realizado pela CONASA em Itapema, por exemplo, de pagar mensalidade aos agricultores em volta da captação da água era um trabalho legal, de preservação das nascentes. Diz que comentava na época que era um investimento que deviam fazer em Paulínia, nossa cidade. Diz que as contas eram da CONASA direto aos clientes, não havia repasse de Prefeitura. Viram as obras, os equipamentos e investiram naquilo que achavam que era legal e que daria lucro. Diz que segue a linha que devem atender a opinião do comitê de investimento, resgatando um pouco do dinheiro, tendo um lucro e ainda ficando com investimento no fundo. Diz que também precisam ter uma visão ampla no sentido da concessão. A palavra é passada ao Douglas, diz que sobre os títulos públicos, toda vez que é feita uma análise da proposta, se compensa ou não compensa a aceitação, sempre usam como referência o título público por ser um título livre de risco, o mais seguro, uma opção líquida e certa. É apenas uma referência, a decisão é posterior e passará pelo conselho, não é uma sugestão. Com relação aos cotistas, são 11, há o fundo de cotistas pessoas físicas, fundações e são 7 RPPS's no fundo. Da questão política, diz que pesaria, por um lado há o fluxo de caixa constante que é o que todo mundo busca e, por outro, há o risco político de renovação, interesses da própria companhia, o poder público pode rescindir o contrato, vai para disputa judicial... Sempre tem o risco. Adelson complementa a fala do Idu, diz que tiveram em 2019 em Santa Catarina e a boa parte do saneamento é feita por uma única

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Idu', 'FAB', and 'Sandra']

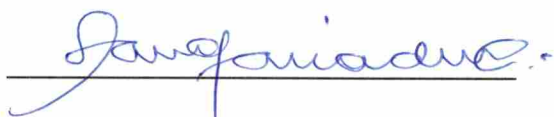
empresa. Águas de Itapema, CONASA, é uma sementinha lá no meio. Diz que há a questão da empresa maior estar forçando, influenciando politicamente pra quebrar essa concessão, esse é um risco que correm, a empresa maior que pegar o estado inteiro, sem concorrente no meio do sistema. Sandra diz que em uma deliberação, acha que fica mais fácil quando se tem apenas duas questões. Diz que, claro, todo conselheiro tem o direito de abster o seu voto, mas gostaria de perguntar ao comitê se a abstenção deles na AGC é uma hipótese e, como sugeriram no material enviado, pede que definam melhor o que esperam que o conselho delibere. Se vende ou não vende. Depois, se deliberarem por vender, delibera novamente se vendem tudo ou se vendem 14%. Diz que se abrir de outra forma, a deliberação ficará muito bagunçada. Pergunta ao comitê se a Pauliprev se abster na AGC é opção. Douglas diz que seria importante deliberarem se vendem ou não vendem, não faria sentido a abstenção. Diz que podem abster se não quiserem que esse fundo entre. Hoje seria o quero ou não quero e a abstenção entre os conselhos pode haver, mas na AGC precisam responder se queremos vender ou não vender. Idu diz que não teve tempo de ver as discussões no grupo, acha que o abster é uma questão pessoal. Sandra disse que o Idu não entendeu. O conselheiro pode se abster, a dúvida é se o comitê, na AGC, pode se abster de dizer se vende ou não vende. Idu diz que, outra coisa, o som do Douglas está muito ruim, entendeu que não é vender tudo ou não vender. Sandra diz que no material enviado há 3 opções: vender 14%, não vender nada ou vender tudo o que puder. Douglas diz que é bom deixar claro que são 14% dos 3% que o Instituto, não são 14% do fundo. A palavra é passada à Eliete, diz que lembrou que na última vez que discutiram sobre a fazenda, a questão de se abster não era a abstenção do conselheiro, seria sobre a posição do comitê frente a votação na assembleia e o Edson, na ocasião, votou favorável de que o comitê deveria se abster na reunião, era isso que queria lembra-los dessa possibilidade. Sandra disse que é exatamente isso e está novamente explicando para que ninguém tenha dúvida na hora de dar seu voto. Adelson lembra que, na questão jurídica do contrato, no caso a nossa abstenção tem o peso de não porque, para que o contrato seja viabilizado, ele exige que um percentual dos cotistas aprovem e, a partir do momento que a gente se abster, vamos entrar como não. Diz que pode ser que a nossa abstenção gere a venda para nenhum dos cotistas, ou seja, o contrato tá encerrado. Sandra coloca em deliberação se o Instituto aceita em vender ou não os 14% das cotas do fundo Infra Setorial. Paulo concorda com a venda, Erick concorda, Edson concorda, Eliete diz que concorda em função de tudo que foi colocado e, principalmente, pela questão do desenquadramento, é uma chance de ficarmos, pelo menos, com um fundo dos estressados, amenizados se não vendermos tudo ou, quem sabe, resolver o nosso problema. Fábio concorda com a fala da Eliete e diz que é até para demonstrar para o Ministério da Previdência que estão tentando se enquadrar, mas o mercado, às vezes, não permite no total. Nara concorda, principalmente pela demonstração de rentabilidade ao Instituto, Sirlene concorda com a venda, Idu concorda. Por unanimidade o conselho aprova a venda das cotas. Sandra coloca, então, em deliberação se vendem somente o que for ofertado ou o máximo possível. Douglas explica que pode ser que o Instituto consiga vender mais que 14% da nossa posição se algum cotista não quiser vender e a parcela dele será rateada entre os demais cotistas. Sandra coloca em votação, Sandra vota no máximo possível, Eliete vota no máximo possível, Fábio vota no máximo possível, Paulo concorda com os demais e vota no máximo possível, Edson vota no máximo possível, Erick vota no máximo possível, Sirlene vota no máximo possível, Idu vota no máximo possível. Conselho vota com unanimidade na venda do máximo possível das cotas. Fábio diz que em uma reunião que aprovaram a política de investimentos, teve uma discussão de diminuir o máximo possível do percentual de FIP, e está diminuindo, em setembro foi 3,97%. Se der certo essa venda, na próxima política podem introduzir essa operação e aumentarem para outro tipo de investimentos.

[Handwritten signatures and initials in blue ink:]
Jo
Sandra
Idu
Fábio
Edson
Erick
Sirlene
Paulo
Nara

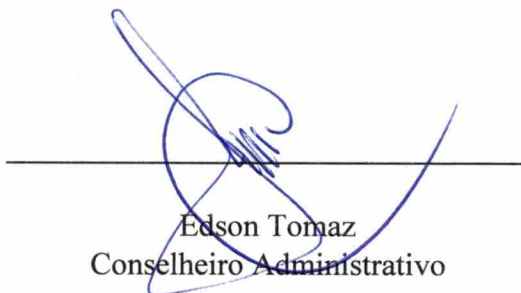
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos, agradeceu o comitê de investimentos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 19:24h.

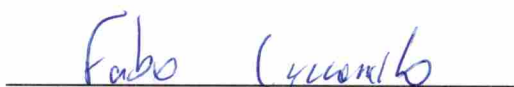
Paulínia, 08 de novembro de 2021



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo




Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



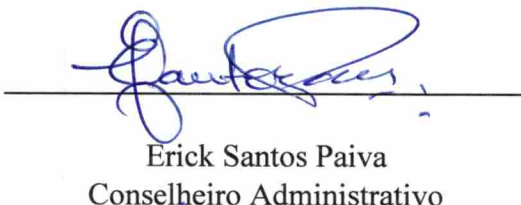
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



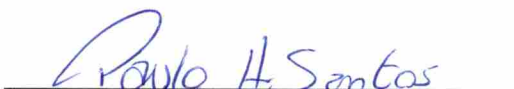
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



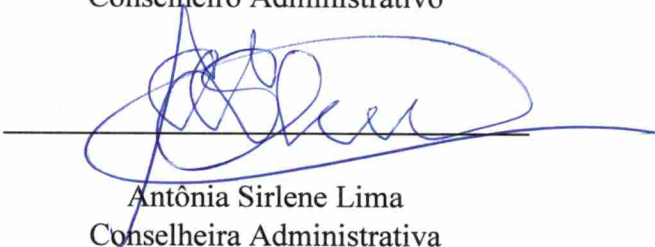
Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa




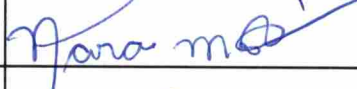

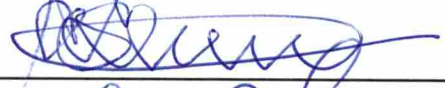

Eliete-Maria da Silva
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
08 de novembro de 2021 – 18:00 horas

Reunião Extraordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU ALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	

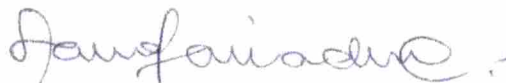
PAUTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 08/11/2021 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Apresentação, análise e deliberação sobre o desinvestimento no Fundo Infra Setorial Saneamento, investido no ano de 2014 e desenquadrado da Resolução CMN 3922/2010, em atendimento ao Ofício Circular Conjunto nº 04/2020/CVM/SIN/SPREV, com proposta de alienação (venda) das cotas do fundo, de acordo com os materiais enviados previamente e com garantia de ganho real sobre o investimento inicial, em conformidade com o estudo econômico/financeiro realizado pelo Comitê de Investimentos.

Paulínia, 05 de novembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo



2021

**REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRATIVO
Venda de Cotas fundo Infra Setorial**



**Fundo Infra Setorial
CNPJ: 14.721.044/0001-15**

Valor Investido

16/04/2014 – R\$ 7 MM

28/05/2014 – R\$ 5 MM

Total = R\$ 12 MM

Valor de aquisição 12.000 cotas a R\$ 1.000,00



Oferta de Compra GENERATE Resumo

- 14,43% das Cotas, limitado a R\$ 101,5 MM para aquisição de cotas
 - Valor atual da Cota R\$ 1.607,88
 - Quantidade a ser vendida pelo Pauliprev
- ~1731,60 cotas a R\$ 1.867,26 = ~R\$ 3.233.347,42
 - Cotas restantes: 10.268,4 cotas

Ajustes Positivos/Negativos

Cumprindo as condições contratuais, valor da Conasa pode valorizar em 100 MM levando a cota ao patamar máximo de R\$ 2.211,36 essa Diferença fica a Generate obrigada a aportar o valor do ajuste no caixa da CONASA, impactando no valor das cotas.

Caso ocorra ajuste negativo, o valor mínimo da cota é precificada em R\$ 1.628,30 e a Generate aumenta sua participação na CONASA até o limite do ajuste.